Intellèctus
ISSN 1676-7640

Artigo Livre

O caso Dreyfus na imprensa do Paraná (1895-1908)

The Dreyfus Affair in the Paraná press (1895-1908)

Névio de Campos
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Brasil
ncampos@uepg.br
https://orcid.org/0000-0003-1850-316X
http://lattes.cnpq.br/1413368977042742

Eliezer Felix de Souza
Doutor em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
eeliezer.felix@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7354-387X
http://lattes.cnpq.br/4870668302148616

Resumo: O objetivo deste artigo é de analisar como o Caso Dreyfus foi apresentado no jornal curitibano *A República*, que realizou cobertura contínua de 1895 até 1908. A reverberação desse acontecimento que ganhou contornos emblemáticos na França e assumiu dimensões internacionais é interpretada em diálogo com a história intelectual. Sustenta-se que num primeiro momento a circulação assume um caráter mais informativo, passando a um posicionamento em prol do Estado francês, chegando a uma clara posição em defesa da inocência de Alfred Dreyfus. Esses deslocamentos seguiram as posições de escritores franceses engajados, especialmente de Émile Zola, mas também têm relação com as trajetórias dos integrantes do ambiente cultural paranaense que ocupavam os principais espaços públicos, inclusive o meio jornalístico.

Palavras-chave: Caso Dreyfus; Imprensa do Paraná; História intelectual; Circulação

Abstract: This article aims to clarify how the Dreyfus affair was reported in the newspaper *A República*, which circulated in Curitiba and provided a continuous coverage of the case from 1895 to 1908. The echoing of such event that gained emblematic contours in France and reached international dimensions is interpreted in a dialogue with the intellectual history. We observed that at first the circulation had a more informative character, which evolved into the positioning in favor of the French state, and eventually took a clear position in defense of Alfred Dreyfus' innocence. Such dislocations followed the positioning of activist French writers, mainly Émile Zola, but were also related to the trajectories of individuals that were part of the cultural environment of Paraná at the time, who occupied the most relevant public spaces, including the journalistic circles.

Keywords: Dreyfus Affair; Paraná Press; Intellectual History; Circulation

Artigo recebido em: 19 de fevereiro de 2025
Aprovado em: 15 de maio de 2025
DOI: 10.12957/intellectus.2025.89817

Introdução

O objeto deste artigo é o Caso Dreyfus na imprensa do Paraná.[1] Como este acontecimento[2] circulou no jornal *A República*[3] é a problemática central[4], cuja abordagem apoia-se na discussão da história intelectual.[5]

No outono de 1894 correu a notícia de uma traição no exército francês. Um militar teria vendido segredos de guerra à Alemanha. Em 15 de outubro daquele ano, Alfred Dreyfus foi preso e, na sequência, informações sobre sua detenção vazaram na imprensa. Conforme Alain Pagès (2021 : 27), o jornal *La Libre Parole* noticiava que "[...] um traidor havia sido descoberto em pleno Exército, e esse traidor era um judeu...". Sem muita demora, já em 22 de dezembro do mesmo ano, Dreyfus foi julgado pelo Conselho de Guerra, cuja pena foi a prisão de dez anos na Ilha do Diabo na Guiana Francesa. Todo o processo, da prisão à condenação, baseava-se em um dossiê secreto, de acesso restrito aos juízes militares.

No entanto, a partir de outubro de 1897, ocorre uma guinada, quando a situação do apenado capitão ganha mais uma vez as páginas da imprensa, agora sob uma contundente

[1] Mais informações da imprensa do Paraná da segunda metade do século XIX e início do século seguinte, ver Romário Martins (2023 [1908]) e Osvaldo Pilotto (1976).

[2] O Caso Dreyfus é bastante conhecido entre os estudiosos da história intelectual e da história política. Aos que iniciam nesta área, sugere-se ver Campos (2015), notadamente a primeira parte do artigo. Este Caso é entendido "[...] na série dos acontecimentos ordinários, no interior dos quais ele se explica" (BOURDIEU, 2013, pp. 209). Nos termos de François Dosse, "[...] o acontecimento nos revela subitamente algo escondido no passado que vem à tona para mudar o trajeto" (Dosse, 2013, pp. 128). Ou seja, "[...] seria ao mesmo tempo que começo, a conclusão desse começo obscuro até o rompimento temporal que ele encarna" (Dosse, 2013, pp. 128). Este conceito nos permite interpretar as várias camadas do Caso Dreyfus, desde a situação imediata até as disputas conjunturais e estruturas, entre elas as disputas nacionalistas e antissemitas que ganharam volume. Mais informações, ver Bourdieu (2013), Dosse (2013).

[3] A grafia do jornal à época era *A Republica: orgam do Partido Republicano*. No artigo, optamos por adequar à grafia atual, referindo-se ao periódico apenas como *A República*. Seguimos isso para outros periódicos mencionados aqui. Ainda, ao mencionar trechos das reportagens do período, adequamos a escrita à grafia atual.

[4] A imprensa do Paraná cobriu o Caso Dreyfus em edições que se estenderam de 1895 até 1908, como indicam os impressos *A República*, *Diário da Tarde*, *Revista A Luz*, *O Sapo*, *O Olho da Rua*, *A Notícia Paraná e Revista Jerusalém*. A maioria desses periódicos surgiram em meio à questão, com muitos deles sendo efêmeros. Por isso, para este artigo utilizamos como fonte o jornal *A República,* que existiu ao longo de todo o processo.

[5] A história intelectual está contida no conjunto de autores indicados ao longo deste texto. Além disso, o uso das fontes se conecta com a ideia central da história intelectual que apregoa tanto uma abordagem interna quanto externa das ideias (SILVA, 2002).

reivindicação de revisão do processo. O caso Dreyfus torna-se o caso Zola, como diz Michel Winock (2000). "A partir daí, não se discutia outra coisa nas redações dos jornais e nos salões, a não ser Dreyfus e os 'revisionistas'", (WINOCK, 2000 : 22). "Dois campos. Duas forças constituídas uma contra a outra. Nenhum veículo da imprensa parisiense parece querer ficar de fora. Todos exibem suas opiniões", arremata Pagès (2021 : 149).

O ano de 1897 demarca a posição intelectual contra a razão do Estado francês. O início de 1898 expressa a maior parte das publicações de Zola e os inúmeros manifestos dos intelectuais franceses. Na avaliação de Winock (2000 : 70), "1898 foi o ano dos intelectuais". No ano seguinte, "[...] os *dreyfusards* obtêm um sucesso considerável: a revisão do processo de Dreyfus pela qual se bateram" (WINOCK, 2000 : 70). No entanto, ressalta Winock (2000 : 70), "é uma vitória incompleta, já que o processo de Rennes termina, mais uma vez, com a condenação do capitão judeu, em 09 de setembro [de 1899]". Diante disso, a estratégia do grupo defensor de Dreyfus foi de pressionar a esfera política a fim de obter a liberdade condicional, sendo que no dia 19 de setembro o indulto do capitão foi assinado pelo então presidente Émile Loubet (1899-1906). Apesar disso, destaca Winock (2000 : 78), "[...] o caso não terminou. Ainda é preciso lutar para obter a plena reabilitação do capitão e sua reintegração ao Exército". O reconhecimento final da inocência de Dreyfus ocorreu em 1906, acontecendo a reabilitação no mesmo ano pelo governo francês.

Caso Dreyfus e clima da imprensa

A imprensa do Paraná cobriu o Caso Dreyfus em edições que se estenderam de 1895 até 1908. Neste texto, priorizamos a cobertura feita pelo jornal *A República* periódico que circulou ao longo de todo processo. Este jornal foi fundado em 15 de março de 1886 por Eduardo Gonçalves.[6] No ano de 1885, Eduardo Gonçalves fundou o Clube Republicano de Curitiba. Ao lado de Vicente Machado trabalhou na estruturação do Partido Republicano do Estado. Como órgão do Clube Republicano se posicionou contra a Monarquia.

[6] O jornal tinha publicação diária e formatação de 4 páginas. Entre os que editoraram o jornal, destacam-se Leôncio Correia, Vicente Machado, Nestor Victor dos Santos, Emiliano Perneta, Domingos Nascimento, Romário Martins e Caio Machado. Durante o período analisado neste artigo, o jornal teve diversos proprietários.

Curitiba, ao final do século XIX, almejava integrar o movimento de urbanização, de vivência de uma atmosfera de modernização. De acordo com Paulo Cezar Maia (2006), a partir da década de 1870, vinte anos após o seu processo de emancipação (1853), começava a se estabelecer uma elite letrada no Estado do Paraná. Para Elizabete Berberi (1996), um frenesi tomava conta da cidade, um sentimento de mudança, de um novo tempo. Esse clima, conforme Berberi (1996 : 1):

> [...] implicava em tomar contato com novas experiências que se apresentavam e com expectativas que se projetavam de um grau de civilização desejado. Vive-se em meio às modificações que são elaboradas por seus dirigentes, e sonhadas por seus intelectuais, no intuito de colocá-la à altura de uma capital. (BERBERI, 1996 : 1)

Segundo Maia (2006), a capital paranaense estava marcada pela presença de escritores, jornalistas, artistas e intelectuais que defendiam a necessidade de uma ação reformadora em sentido amplo. Nicolau Sevcenko (1983), ao tratar dos principais centros urbanos brasileiros, diz que o resultado desse processo de modernização foi uma tentativa de ligar as principais cidades do país aos grandes centros cosmopolitas, ventilada por uma produção cultural, artística e literária. Com o propósito de realizar a tão sonhada modernização, "[...] esses literatos postavam-se como os lumes, 'os representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época', a indicar o único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país", assinala Sevcenko (1983 : 82).[7] Esse movimento do cenário nacional se estendia à capital do Paraná. Os escritores, em regra, atuavam ativamente na imprensa, como sublinha Maia (2006 : 34-35):

> Na última década do século XIX, a imprensa passa a ser o espaço essencial para informação e formação dos valores, comportamentos e gostos da sociedade paranaense, concentrada basicamente no território que vai de Curitiba ao litoral. É pelos jornais e revistas que a sociedade paranaense é orientada quanto aos acontecimentos políticos do país, aos cuidados sanitários, aos comportamentos éticos, quanto aos valores sociais, ideológicos e morais. (MAIA, 2006 : 34-35)

As revistas e os jornais se definiam com o papel de "[...] dirigir o gosto literário do público local, difundir a literatura local e definir uma identidade literária justamente pela ação direta sobre o público e sobre quem pretendesse apresentar-se como literato

[7] Sobre modernidade e modernização, ver Fabris (1994), Alonso (2000) e Follis (2004).

CC BY

paranaense [...]", como observa Maia (2006 : 35)[8]. Figuravam personagens como Dario Vellozo, Silveira Neto, Júlio Perneta, Rocha Pombo, Emiliano Perneta, Euclides Bandeira, além dos já indicados no início deste item. Segundo Natália Vicente (2004 : 32), esse grupo se afirmou por uma espécie de jornalismo militante, "[...] pois era ali que eles revelavam suas ideias, geravam debates, faziam críticas sociais, além de publicar textos literários e de ordem esotérica e maçônica". Essas figuras assumem uma posição, segundo Berberi (1996 : 63), "[...] entendida como uma missão. O literato se vê como agente capaz de lançar luz às trevas, de indicar, apontar soluções, de contribuir para o avanço e o aprimoramento da sociedade". Nesse movimento, "por volta dos anos 1880, cresceu o número de jornais diários e do círculo de leitores devido à politização trazida pelo movimento abolicionista e republicano e aos investimentos na educação, embora estes ainda fossem pequenos", assinala Amélia Siegel Corrêa (2006 : 27). Ainda em diálogo com Amélia Corrêa (2006 : 30), sublinhamos que "o final de século XIX foi um período de muitas inovações no Paraná, a maioria financiadas pela burguesia ervateira, que manifestava desejos de modernização, ideais de civilidade e sonhos do progresso, reflexo da importação das idéias européias".[9]

O interesse pela questão de Dreyfus na imprensa do Paraná segue o movimento de outras cidades brasileiras. Pedro Catharina, no prefácio à tradução brasileira do livro de Alain Pagès, diz que "diferentes gêneros jornalísticos cobriram a totalidade do Caso Dreyfus. Assunto não faltou nas páginas dos periódicos brasileiros ao longo dos anos em que ele se desenrolou" (CATHARINA, 2021 : 16). O autor cita como exemplo o jornal *Comércio do Amazonas,* que lançou uma série de perfis com retratos comentados de todos os envolvidos, a começar por Zola, Dreyfus e os acusadores. Ele ainda relata que "muitos periódicos criaram rubricas ou títulos recorrentes especialmente para o acompanhamento do Caso Dreyfus por parte de leitores ávidos pelos próximos capítulos dessa história tão emocionante" (CATHARINA, 2021 : 14). Em regra, o papel da literatura representado por Émile Zola assume uma grande importância, uma vez que boa parte das notícias publicadas citam esse autor que já circulava entre os integrantes do universo cultural. "As

[8] A relação entre imprensa e literatura é retratada em várias obras. Para uma visão geral e sintética, ver obra organizada por Martins e De Luca (2024), notadamente os capítulos *Imprensa a serviço do progresso*, redigido por Maria de Lourdes Eleutério; e *Diversificação e segmentação dos impressos*, escrito por Ilka Stern Cohen.

[9] Sobre o contexto do Paraná, consultar Pereira (1996), Carvalho (1998), Queluz (1998), Szvarça (1998), Corrêa (2006), Campos (2008), Bega (2013) e Denipoti (2018).

informações quase diárias vão de pequenos flashes telegráficos, passando por notas triviais [...] até longos artigos como o que aparece no folhetim", assinala Catharina (2021 : 15).[10]

Milene Suzano (2008) se interessa especialmente pela reverberação do "Eu Acuso", de Zola, na imprensa brasileira, tomando os casos de um jornal da capital do Brasil (Rio de Janeiro) e outro de São Paulo. Para ela, tanto o *Jornal do Comércio* quanto *O Estado de S. Paulo* fazem referências quase diárias ao Caso Dreyfus a partir de janeiro de 1898. A autora entende que os conteúdos dos jornais observados são praticamente coincidentes. Enquanto o *Jornal do Comércio* publica notas mais longas na seção "Telegramas", o *Estado de S. Paulo* fraciona as mesmas notas em seção denominada, quase homonimamente à fonte, oriundas da Agência Havas. Segundo Suzano, *O Estado de S. Paulo* "publica um estilo mais editorial, mais interpretativo, com opinião própria e uma tendência mais à reflexão do que à adesão aos fatos vindos da França" (SUZANO, 2008 : 82). Por outro lado, o *Jornal do Comércio* "traz um estilo mais relatorial dos acontecimentos, com a exemplificação do que estava sendo publicado na imprensa francesa e buscando, assim, situar o leitor no debate que ocorria na origem dos acontecimentos" (SUZANO, 2008 : 82-83). Apesar disso, os dois periódicos "[...] apontam para um elemento fundamental para se entender a enorme repercussão da intervenção de Zola no processo Dreyfus: 'a guerra dos jornais'", assinala Milene Suzano (2008 : 83).

A imprensa francesa, em sua grande maioria, reproduzia o acontecimento em consonância com as informações reveladas pela justiça francesa. Apenas dois anos depois (1897), como indicamos na introdução, a situação sofreu uma mudança. No Brasil, ao se tomar os casos de São Paulo e Rio de Janeiro, seguiu-se a mesma tendência. "Isso acontece nos primeiros artigos do correspondente Iriel no *Jornal do Comércio*, em 1895, que segue pela linha da culpabilidade, ou mesmo nas matérias posteriores, em que as posições adotadas pelos periódicos franceses são reproduzidas – pró ou anti-Dreyfus", comenta Suzano (2008 : 83). Não obstante, a publicação de Rui Barbosa no *Jornal do Comércio*, que trazia a defesa de Dreyfus, assim como os editoriais de *O Estado de São Paulo* contrastavam com as demais publicações, assinala Milene Suzano.

[10] O Caso Dreyfus na capital mineira e em São Paulo (jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Diário de Minas*) é analisado por Bruno Bontempi Júnior e Carolina Neves da Silva (2019).

CC BY

No Paraná, o jornal *A República* começou a tratar do caso em matéria do dia 22 de janeiro de 1895, na qual relata que a degradação do capitão de artilharia Dreyfus foi realizada no campo de Marte. Antes disso, Rui Barbosa, uma das primeiras vozes brasileiras a reagir publicamente à injustiça cometida contra Alfred Dreyfus, começou a refletir sobre a questão, na condição de exilado na Inglaterra, ao escrever um artigo dois dias antes da degradação pública do réu. O artigo foi publicado em 03 de fevereiro de 1895, na coluna intitulada "Cartas da Inglaterra" (2008 [1895]), que enviou para o *Jornal do Comércio*, mas foi escrito em Londres no dia 07 de janeiro de 1895, portanto, no calor do julgamento. No texto, o articulista se baseava nas notícias que circulavam na imprensa inglesa, estabelecendo uma comparação para explicitar como a França e a Inglaterra operavam o Direito. Barbosa apontava as falhas processuais e buscava trazer aos leitores do jornal uma reflexão sobre os princípios fundamentais da justiça. A escrita de Rui Barbosa se antecipou ao manifesto de Zola sendo pioneiro ao trazer uma análise mais sólida da questão no Brasil. Ele inicia seu texto referenciando o advogado de Dreyfus, Edgar Demange, que logo na abertura do processo declarou que a acusação se baseava em um documento contestável. Depois, criticou a degradação pública de Dreyfus, classificando-a de desumana e expressiva de ódio contra o acusado oriundo de todas as camadas da população. Completa que Dreyfus clamou pela sua inocência, lamentando o fato de o processo ser analisado de forma secreta. Apesar de os jornais do Paraná terem trazido informação de órgãos estrangeiros, bem como do eixo Rio/São Paulo, entre eles o *Jornal do Comércio*, tais periódicos não fizeram referência à publicação de Rui Barbosa. *A República* cobriu o Caso Dreyfus, fazendo circular leituras do momento de degradação ao contexto de reabilitação.

"[...] infame, mísero e traidor, que vendera à Alemanha o segredo militar da França!": Da condenação de Dreyfus às primeiras contestações

O ano era 1894 quando no mês de setembro uma carta foi interceptada. A imprensa paranaense começou a repercutir a questão no começo do ano seguinte. Inicialmente, assumiu um caráter mais informativo. Essa característica pode ser observada na edição de

22 de janeiro de 1895 de *A República*, intitulada "Notas de fora, Paris, 5".[11] Informa que a degradação do capitão Dreyfus foi realizada no campo de Marte sob o comando do general Saussier. Diz que "grande multidão assistiu à cerimônia, dando vaias, assobiando e insultando o condenado" (A República, 22 jan. 1895). Continua ao mencionar que Dreyfus mostrou desejos de provar sua inocência e os oficiais obrigaram-no a calar-se, ouvindo-se gritos de "silêncio, traidor!". Segundo o jornal, a população dava morras a Dreyfus e muitos queriam linchá-lo.

O resultado do julgamento foi apresentado em notícia que circulou na edição de 24 de janeiro de 1895 em nota avulsa. Na matéria, o jornal anuncia que foi "decidida a perpétua condenação sob o estigma de infame, mísero e traidor, que vendera à Alemanha o segredo militar da França!" (A República, 24 jan. 1895). Na edição de 26 de janeiro de 1895, faz-se uma síntese do julgamento reproduzida de *O Comércio*:

> O advogado Demange pede que o Conselho lhe dê licença para apresentar algumas considerações tendentes a rejeitar o requerimento da comissão do governo. [o que lhe é permitido]. "Considero que debaixo do ponto de vista das provas materiais só há um documento que seja invocado", o presidente o atalha dizendo que não o deixará entrar no fundo do debate. Demange tenta lutar, recorre a todas as sutilezas do foro, torna-se insinuante, mas todos os seus esforços são baldados: o presidente e a comissão do governo são inflexíveis. [em sua fala o advogado] refere-se aos ataques que tem sido vítima, durante tantas semanas sem poder defender o seu cliente... Ao cabo de um quarto de hora, o conselho declara unanimemente que os debates serão secretos. [no final] A sentença, que foi lida em público diz que todos os membros do conselho interrogados sobre esse quesito: Está ou não provado que o capitão Dreyfus é criminoso de haver entregue em 1894 a uma potência estrangeira documentos que podem habilitá-la a empreender guerra contra a França? Responderam sim por unanimidade. (A República, 26 jan. 1895).

O apelo do advogado de Dreyfus para que fosse feita uma revisão foi negado. Com Dreyfus condenado, o jornal comenta que foram ouvidos gritos de "viva a pátria" por quem acompanhou a leitura no auditório. Para finalizar, disse que "o processo excitou muitas paixões", sendo o crime do condenado uma das mais repugnantes traições cometidas por um oficial. No que se refere às paixões, o jornal enfatiza a origem judaica de Dreyfus, declarando que "[...] nestes tempos de antissemitismo agudo o fato deu muito o que falar. Entretanto, os ânimos imparciais procuram debalde o móvel de tão nefasto crime [...]" (A República, 26 jan. 1895).

[11] Cinco se refere ao dia da notícia na França. Isso aparece em outras transcrições.

Ao classificar o crime como uma das mais repugnantes traições e como nefasto, *A República* toma posição em relação à questão, que é a defesa do Estado-Maior contra um crime de traição. Em outra edição, faz um relato da prisão onde se encontra Dreyfus, extraído de *O Comércio* de 20 de janeiro de 1898. Segundo o jornal, a Ilha do Diabo, onde se acha o condenado, tem preocupado a França e chamado atenção do mundo todo. Apesar disso, comenta que a prisão "não é tão infernal como dizem [...]" (A República, 05 fev. 1898). Nesse sentido, a imprensa vai atuando na produção de efeito do real, ao fazer circular a representação de um Dreyfus culpado que precisava ser punido.

Alain Pagès (2021) afirma que, a partir de 1896, Georges Picquart lança suspeitas de fraude processual. Desse período em diante, a questão divide ainda mais a França. No Paraná, começa-se a perceber uma reviravolta quando Émile Zola[12] aparece no Caso Dreyfus. *A República* de 19 de janeiro de 1898 se refere em "Nota Paris, 14" a grupos de estudantes que, motivados pela questão, têm "insultado ao ilustre romancista Zola" (A República, 19 jan. 1898). Sem entrar a fundo no assunto, relata que a polícia não conseguiu dissolver grupos que seguiram gritando ao escritório do *Le Journal,* "abaixo os judeus! Abaixo os vendidos!". No dia seguinte, os estudantes se dirigiram ao *L'Aurore* e queimaram um fac-símile do manifesto "Eu acuso", que Zola publicou no citado jornal. Na edição de 21 de janeiro de 1898, "*Nota Paris, 20*" reforça que a "atitude de Émile Zola favorável a Dreyfus provocou o desagrado dos estudantes que promovem desordens. Houve também mais de cem feridos". O jornal se refere a Zola como "ilustre romancista". Apesar de dizer que a revolta dos estudantes se deu pela publicação do manifesto "Eu acuso", não o reproduz ou o explora com mais detalhes. Publicado originalmente em 13 de janeiro de 1898, no *L'Aurore*, com ampla tiragem jornalística, "J'Accuse" teve como proposta trazer uma história completa do caso tal como conhecido até o momento em que Zola escreve.[13] Dirigido ao presidente da França da época, Félix Faure (1895-1899), o texto gerou inúmeras reações na imprensa antidreyfusista e entre os defensores da inocência do capitão. Apesar da carta de Zola não ser publicada na integra, o jornal traz um texto escrito

[12] Zola circulava nas páginas do jornal *A República* antes do Caso Dreyfus, como identificamos nas edições de 03 de agosto de 1890, 18 de janeiro de 1891, 27 de janeiro de 1891, 29 de julho de 1893, 18 de novembro de 1893, 19 de dezembro de 1894, 30 de dezembro de 1894, 01 de janeiro de 1895, 21 de abril de 1895, 07 de junho de 1895.
[13] Em português os escritos de Zola podem ser acessados em Zola (2009).

por Mauricio Bauehor dirigido à associação geral dos estudantes, criticando-os pelas manifestações contra Zola:

> Grande honra faríeis à vossa associação modificando a atitude por ela assumida, na carta dirigida a Zola. Sois patriotas antes de tudo e mil vezes tendes razão. Mas pensastes bem as palavras quando declarastes que colocais a honra do exército fora de qualquer suspeita? É preciso entender-se. O exército é hoje a França em armas: não é preciso confundi-lo com homens que, temporariamente, estão a sua frente, e que, por mais estimáveis que sejam, não são infalíveis! (A República, 05 mar. 1898).

Na publicação de 20 de janeiro de 1898, *A República*, na nota "Honra militar", reproduzida do *Diário Popular*, chama atenção para o renascimento da questão Dreyfus. Na avaliação do jornal, a família do infeliz ganhou esperança ao ver entrar em ação uma coletividade que tem influência. Diante de um crime de espionagem e traição na França, o espírito francês se viu exaltado ao mesmo tempo em que o "processo sensibilizou a muitos corações". Segundo o jornal, a atuação de Zola chamou atenção de autoridades políticas. Com isso entende que os debates parlamentares puseram à prova a capacidade do governo do primeiro-ministro Jules Méline que resistiu às interpelações voltando-se contra a atuação do Senador:

> Na refrega ardente do combate das ideias e da palavra, o general ministro da guerra e o presidente do ministério vieram à tribuna declarar que o Senador S. Kestner em vez de apresentar ao governo demonstrações da inocência de Dreyfus, ao contrário, pedira-lhe provas de culpabilidade; portanto era sobre ele que deveria recair a responsabilidade dos grandes acontecimentos que impressionavam a França. (A República, 20 jan. 1898).

O senador Kestner, à época vice-presidente do Senado, era amigo do general Jean-Baptiste Billot, por meio do qual teve conhecimento da carta falsificada pelo comandante Huber Joseph Henry. Embora amigo de Scheurer-Kestner, tentou dissuadi-lo de sua enquete sobre a irregularidade do processo que condenara Dreyfus, tornando-se um forte opositor das investidas do Vice-Presidente do Senado. Mas a partir da novidade trazida por Kestner, Zola coloca em xeque a culpa de Dreyfus e consegue adesão de parte da opinião pública pela revisão. Apesar desse êxito, ele mesmo passa a ser alvo da justiça. Zola foi julgado por difamação pelo Tribunal Criminal do Departamento de Seine, em Paris, em 07 de fevereiro de 1898. *A República* de 13 de fevereiro de 1898 informa que "no dia 8 começou em Paris, o processo do romancista Zola, consequência da questão Dreyfus". Os

detalhes desse julgamento foram apresentados na edição de 05 de março de 1898, transcrito pelo jornal *A Nação*, do Partido Republicano de São Paulo, onde noticia-se que Émile Zola foi condenado a um ano de prisão. No artigo, uma forte posição pró-Zola:

> Não foi uma novidade, foi um golpe vibrado na consciência da França, foi a justiça despindo as suas vestes alvinitentes para envergar os trajes de maneira política. O governo francês assumiu nesta questão o papel de batalhador das trevas, desviando a discussão, fugindo a luz e deslocando do assunto. Por que assim procedeu? Porque não lhe convinha prosseguir na questão da revisão do processo Dreyfus, porque provado esse erro judiciário, graves revelações surgiriam, e com elas complicações internacionais com a Alemanha. É isto que o governo da França quis evitar e evitou sacrificando a verdade e guilhotinando a justiça. (A República, 05 mar. 1898).

Em matéria que circulou em de 10 de março de 1898, *A República* informa que os colegas de *O País* receberam de seu correspondente em Paris um telegrama com o pronunciamento de Émile Zola perante o tribunal (Declaração ao júri feita em 21 de fevereiro de 1898). No pronunciamento, que foi transcrito na íntegra, Zola afirma nunca ter atacado a honra nacional e que o processo contra Dreyfus representa o abominável sistema sempre empregado pelos partidos políticos. Segundo Zola, ele simplesmente fez um protesto em nome de sentimentos e que a história há de julgar seu procedimento: "Juro perante o mundo que Dreyfus é inocente e dia virá em que a França terá de agradecer-me haver procurado alevantar-lho a justiça e salvar-lhe a honra" (A República, 10 mar. 1898). Condenado, Zola se viu obrigado a fugir para a Inglaterra em julho de 1899, quando percebeu que seu recurso não seria mais aceito. Depois da condenação de Zola, a mobilização em torno da inocência de Dreyfus tomava uma grande dimensão.

Em 03 de setembro de 1898, *A República* informa que se verificou em Paris a inocência de Dreyfus. Ele foi "condenado por alguns anos como traidor à pátria" e pela inocência dele "[...] tem-se batido heroicamente o eminente Emilio Zola, que por esse motivo foi vítima de injustas recriminações e ferozes ameaças por parte de seus concidadãos" (A República, 03 set. 1898). As injustiças sofridas por Zola foram redimidas, uma vez que Hubert Henry confessou ter falsificado documentos que comprometeram Dreyfus. Após a confissão, o referido comandante suicidou-se em 31 de agosto de 1898. Nesse tom discursivo, o periódico se refere ao apoio que Zola vinha recebendo pela

atuação em defesa do capitão: "[...] Zola por esse fato sensacional, que veio colocar a seu lado o povo francês inteiro que há pouco o apedrejara" (A República, 03 set. 1898).

A República de 18 de outubro de 1898 reproduz uma nota da revista literária *Clube Curitibano* que reverbera a campanha de Zola em favor da inocência de Dreyfus:

> A inocência de Dreyfus de um modo brusco resplandeceu na carta que o coronel Henry escreveu e assinou minutos antes de desfechar sobre o coração o tiro de honra. Zola triunfou, portanto. Zola! Um dos únicos que nesse imenso [sic] Paris teve a grandeza de afirmar que o mundo, com a condenação de Dreyfus, ia mais uma vez assistir à vitória da miséria sobre a razão. A luta que Zola travou foi uma luta de herói antigo. Todos conhecem a história desse pugilato horrível em que um dos maiores escritores do mundo teve de bater-se, peito a peito, contra a lama das ruas e o monstrozinho cruel da imprensa. O tumulto venceu. Dreyfus foi sepultado na Ilha do Diabo. Zola condenado a um ano de prisão. O baixo ventre parisiense quase estourou de riso. Mas... (a verdade vem sempre do fundo do poço) um coronel Henry tem a ideia de suicidar-se; um outro foge miseravelmente; o presidente da República Francesa, ele mesmo, treme na cadeira presidencial. Vai ter lugar, em breve, a revisão do processo!... Dreyfus é inocente!... Com os diabos! E, seja-nos lícito dizer, com esse desfecho acima de toda expectativa, se o homem ganhou (e muito) o Escritor foi sinistramente roubado. (A República, 18 out. 1898).

A confissão do coronel Henry veio mostrar que o exército não está imune a erros. Das novas revelações surgidas, além de tomar uma posição enfática pelo direito de justiça, o jornal passa a descrever em outro tom as condições do condenado. Mais do que escrever sobre a situação de Dreyfus, *A República* apresenta a prisão do capitão contada sob a ótica do condenado, a partir de cartas transcritas do jornal *Le Figaro*. Entre elas, a carta abaixo que mistura discurso direto e indireto:

> No sábado, 13 de outubro [1894], recebi uma carta, convidando-me para ir segunda-feira, 15 de outubro, às 9 horas da manhã, ao Ministério, para inspeção geral. [Conta que chegou e foi levado ao gabinete do chefe do Estado-Maior]. Estavam lá o Comandante Du Paty de Clam e outras pessoas à paisana. Fizeram-no sentar sem ele compreender o que estava se passando. O Comandante lhe pediu que escrevesse uma carta que foi ditada por ele. [Quando terminou a carta o comandante] atirou-se em mim e com voz retumbante disse-me: em nome da lei eu vos prendo. Sois acusado do crime de alta traição. [Ele continua dizendo] que subiu seu sangue ao cérebro e dois indivíduos na paisana atiram-se nele e revistaram-no. Não se prende assim um oficial como eu, exclamei. Metam-me ao menos o nariz na infâmia que pratiquei. Estou inocente e sou vítima de uma maquinação infernal. Em resposta me disseram que as provas são esmagadoras e que o Presidente da República e o Conselho de Ministros estão prevenidos de minha prisão. [Depois disso ele foi levado para o comandante Henry e um agente de Segurança Pública]. Colocaram-me na prisão

> deixando-o incomunicável e por 17 dias passou por vários interrogatórios. Diziam-lhe que estava perdido e só a providência divina o poderia salvá-lo. Eu sempre perguntava quais eram as provas da acusação e recusavam a me mostrar. Pois não se deve mostrar a um criminoso a prova de seu crime para ver se reconhece? Apenas diziam que o instrumento de meu crime era uma carta. Que documento era esse? Esse questionamento estava me deixando louco. [...] Quis suicidar-me em momentos de exaltação. No meio da noite em um movimento de febre, tomei os meus lençóis e preparei-me para enforcar-me nos varões da janela. Mas ainda assim minha consciência estava alerta; ela dizia-me: se tu morres todos te julgarão culpado; és necessário que vivas, suceda o que suceder, para gritar ao mundo inteiro que estás inocente. Nunca homem sofreu tanto quanto eu. (A República, 21 jun. 1899).

Com essa nova postura, o jornal evoca um tom mais emocionante. No Brasil, o nome de Zola aparece associado ao caso Dreyfus e muitas notícias publicadas em periódicos destacam sua importância para a revisão do processo. Conforme Eduarda Martins (2021), cartas de apoio foram enviadas ao escritor do mundo inteiro, que exaltavam sua produção literária e faziam elogios aos seus valores de busca pela verdade e pela justiça. Não obstante estes novos desdobramentos, a morte de Henry em si não acalma a imprensa nacionalista francesa, que trabalha na construção de um herói que se sacrificou pela pátria.

"Viva a justiça! Viva a lei": Um novo julgamento para Dreyfus

A atuação de Zola mobiliza a intelectualidade francesa pela revisão, mas a situação ainda era muito complicada. Em informativo extraído de *La Liberté* de 09 de fevereiro de 1899, *A República* comunica que a Corte de Cassação apurou que Esterhazy e coronel Henry estão isentos de culpa, deixando compreender a responsabilidade de Dreyfus na traição da pátria. *A República* de 06 de junho de 1899, na nota "Resumo de jornais", afirma que todos os impressos se posicionam pela revisão do processo Dreyfus, com exceção do *La Libre Parole*, do *Intransigeant*, do *L'Écho de Paris* e do *Le Petit Journal*, irredutíveis quanto à culpabilidade de Dreyfus. *A República* de 07 de junho de 1899 reproduz do *Jornal do Brasil* um relatório em que o juiz Alexis Ballot-Beaupré leu à Corte de Cassação, sobre o pedido de revisão do processo do ex-capitão Dreyfus, destacando os seguintes pontos: em primeiro lugar, trata da falsificação *petit bleu* feita pelo coronel Henry (um manuscrito utilizado como "prova" para incriminar Dreyfus); em segundo lugar, menciona a alteração da data do *bordereau* e a contradição dos peritos grafólogos que examinaram a letra com

que vinha escrito o mesmo *bordereau*. Em seguida, foram feitas longas e demoradas referências à semelhança e à identidade do papel de cartas usado por Esterhazy no tempo em que apareceu o documento sobre o qual se baseou o Conselho de Guerra para condenar Dreyfus. O relatório mostra as contradições de o julgado ter sido condenado em conselho de guerra secreto e conclui recomendando uma revisão. Diante da decisão, *La Libre Parole* estimula o público a preparar-se para dar cabo aos judeus, matando-os. Já *Le Figaro* apresenta uma revelação assentada em documentos, sustentando a culpabilidade do coronel Henry e do oficial Esterhazy no crime que havia sido imputado a Dreyfus.

Desse novo relatório, o jornal *A República* de 11 de junho de 1899 informa que um enorme público assistiu à Corte de Cassação ler a sentença do alto tribunal. O resultado apresentado foi que haveria um novo julgamento por outro Conselho, sendo escolhido o de Rennes. A leitura da sentença "[...] foi acolhida com gritos de – viva a justiça! Viva a lei. Algumas pessoas gritaram: viva Dreyfus".

A República de 13 de junho de 1899, por sua vez, traz uma reflexão de Leôncio Correia[14] sobre a questão Dreyfus (em Cartas do Rio, capital federal, de 04 de junho de 1899):

> Que coração existirá, fora da crença, onde os ódios e as paixões, os rancores, os ressentimentos obliteraram o sentimento eterno da justiça, - que não sinta um maroto íntimo, uma alegria inefável, um hino de fé e de esperança, ante a perspectiva da absolvição de Dreyfus, o condenado da Ilha do Diabo, cuja alma, à força de roçar com o oceano, tomou-lhe as proporções colossais na grandeza de suas cores e na abundância de suas lágrimas? Num dado momento histórico, Dreyfus não foi apenas espoliado de tudo quanto um homem de bem mais pode amar na vida; foi mais: foi a encarnação aflitiva das amarguras de sua raça desditosa que, como o Sísifo da lenda, rola secularmente em todas as pátrias sem encontrar uma Pátria; repelida, injuriada, no anseio vão de rever esse pedaço do céu que lhe fechou a ira de Jeová, e que seus olhos nostálgicos não contemplarão nunca mais!... (A República, 13 jun. 1899).

Condenado mais uma vez (em 09 de setembro) com circunstâncias atenuantes, em 19 de setembro de 1899 Dreyfus recebeu a graça presidencial. No entanto, ainda seria preciso um longo caminho para que fosse considerado inocente. O embate na imprensa

[14] Escritor e jornalista com intenso reconhecimento no meio curitibano. Nasceu em 1865 em Paranaguá, Paraná, e faleceu em 1950 no Rio de Janeiro. Mais informações, ver Corrêa (2006).

parece que esgotou as energias, mas ainda são numerosos aqueles que defendem a manutenção da condenação. O jornal *A República* de 19 de setembro de 1899, em "Um resumo de vários jornais da *Gazeta de Notícias*", informa que os impressos *dreyfusards* protestam rigorosamente contra os juízes que quiseram defender o Estado-Maior desconsiderando a justiça. A imprensa antissemita mostra-se jubilosa. Émile Zola está encerrado em sua quinta do Médan e recusou manifestar aos jornalistas sua impressão sobre a condenação de Dreyfus. *L'Aurore* diz que havendo Dreyfus sofrido cinco anos de prisão equivalente a dez, obterá liberdade na próxima quinzena. Entretanto, espera-se um indulto para evitar nova degradação.

Segundo o periódico, os jornais revisionistas continuam a declarar que o julgamento do Conselho de Guerra de Rennes é um desafio à razão e ao bom senso. Algumas dessas folhas, entre as quais *L'Aurore*, *Le Matin* e *La Petite République*, profetizam que a campanha a favor de Dreyfus recomeçará brevemente, mais encarniçada do que nunca, qualquer que possa ser o seu resultado para a França (A República, 20 set. 1899). *A República* de 21 de setembro de 1899 diz, a partir do *Le Petit Journal,* que essa questão se prolongará por muitos meses e que a resolução sobre a apelação da sentença durará um mês. O desfecho da justiça, com circunstâncias atenuantes, não fez com que Dreyfus deixasse de lutar pela anulação plena de sua condenação. O Caso ainda se estende por muito tempo, com reverberação na imprensa paranaense.

"E agora? Agora temos de novo [...] a questão Dreyfus. Quando terminará esta fastidiosa e triste discussão?"

A República de 29 de janeiro de 1901, "Da carta parisiense, para o Paiz", repercute "ainda e sempre a questão Dreyfus". O jornal informa que correu no senado discussão sobre a anistia do capitão Dreyfus, e, conforme esperado, a discussão gerou intensos debates (anistia de todos os atos atinentes a Dreyfus aprovada em 24 de dezembro de 1900). O governo, no intuito de acabar de vez com essa irritante questão, reclamou o esquecimento recíproco de mútuas faltas e graves disparates. Mas a oposição caiu a fundo sobre o governo, destacando-se na contenda parlamentar o ex-ministro Méline, o chefe dos oportunistas. Dos vários debates ocorridos na câmara e que de certa forma esquentam a

controvérsia, o jornal conclui: “E agora? Agora temos de novo, de pé, a questão Dreyfus. Quando terminará esta fastidiosa e triste discussão?” (A República, 29 jan. 1901).

Sobre o desfecho do processo, *A República* de 12 de julho de 1906, em “Notas da véspera”, sem fonte e sem assinatura, questiona se estará realmente terminada a questão Dreyfus, a tragédia cuja duração de dez anos não arrefeceu a curiosidade universal em torno desse dédalo de intrigas, versões falsas, ou verdadeiras, testemunhas misteriosas, documentos cifrados, damas veladas, prisões e suicídios, tudo enfim que constituiu a mais pavorosa das questões que têm agitado o mundo? Em seguida, diz parecer que sim, “se não surgir nova complicação com o fim de embrulhar de novo o caso e de não tirar de sobre a cabeça do infeliz Dreyfus, o tremendo lábio de traidor, crime tão desconhecido para esse ditoso oficial que, surpreso, assistiu a toda a acusação movida a si por um delito imaginário ou cometido por outro”. Esse questionamento ocorreu no contexto de uma investigação conduzida pela Corte de Cassação que durou de 1904 a 1906, e cujo resultado foi a anulação do julgamento de Rennes, proclamada no dia 12 de julho de 1906.

O homem da Ilha do Diabo foi declarado inocente e sua desonra havia sido superada. A justiça foi feita e o Estado francês reparou dentro do possível um dos maiores erros judiciários conhecido. Sobre a questão, *A República* de 13 de julho de 1906, em nota “Exterior, Paris 13, Dreyfus”, sem assinatura, informa que a Corte de Cassação, por enorme maioria, lavrou a sentença declarando ser o ex-capitão inocente de todos os crimes de que foi acusado. A sentença é inapelável. É indescritível a satisfação popular por essa sentença que reabilita o infeliz prisioneiro da Ilha do Diabo, assinala este periódico paranaense (A República, 13 jul. 1906). Os jornais de todo o mundo saúdam a França pela justiça reparada e felicitam Dreyfus. Na câmara dos deputados, foi apresentado no mesmo dia um projeto que determina a imediata promoção do coronel Picquart ao posto de general, além da reintegração de Dreyfus ao exército com o posto de major conforme a lei de 13 de julho de 1906. Determina também que Dreyfus seja incluído na Legião de Honra (lei de 21 de julho de 1906). Conclui dizendo que a sentença que inocentou Dreyfus será publicada em 50 jornais ao redor do mundo.

Diante da absolvição completa de Dreyfus, *A República* de 14 de julho de 1906, em “Nota o *bordereau*”, informa que a data de 13 de julho de 1906 foi para a França um momento de redenção.

> Um dia houve em que os olhos do universo choraram copiosas lágrimas de dor, lágrimas perenemente vertidas sobre o atroz destino daquele infeliz capitão que os rigores da lei, a implacabilidade execrativa do povo e um suposto decoro da disciplina haviam feito passar como um traidor refece por todas as provanças da vergonha e do aviltamento. [...] Já se figurava que Dreyfus era vítima propiciatória de alguma mão felina do exército francês. Sofreu na ilha do Diabo [...] a privacidade da injustiça que o Estado-Maior urdira contra si. Dreyfus seria um valor liquidado, pois, se o compassivo Zola não subisse às colunas de La Lanterne e compelido pela energia do seu ensofregado e peculiar sentimento de verdade, não soprasse aos ouvidos do planeta: Dreyfus é inocente... Salve-se a honra da França! Paris mexeu-se [...] contra Dreyfus, contra a honesta calma e boa sociedade semita, que começara a trabalhar, de sorrelfa, a consciência pública da grande cidade para solevar o prestígio descaído e desmacular o caráter de um de seus membros, que fora arrastar a sua inocência calcetado entre os forçados, levando este lema de maldição em seu corcho de condenado: Traidor e judeu! A injustiça [...] não era contra um indivíduo [mas contra] uma raça tradicionalmente pacífica. [...] A obra de Zola ressurgiu então mais viva, mais impetuosa e unificada. [...] Dreyfus foi então absolvido pelo parlamento francês, mas lhe não convinha somente isso. Ele não reclamava perdão; queria a reivindicação de sua honra, que era de seus filhos e de sua raça. Conclui dizendo que agora, para a perpetuidade desta data de luz, é preciso que Paris erija a estátua de Zola com esta legenda a ouro: Eis aí o salvador da honra da França. (A República, 14 jul. 1906).

A República, por meio de Leôncio Correia, comenta sobre a injustiça sofrida por Dreyfus e o desfecho:

> [...] está reabilitado para a família, para a pátria, para a humanidade, para a história o nome de Alfred Dreyfus! E que tremendo que foi o seu calvário! E que longa que foi a sua agonia! Corresponderão à reabilitação do ex-prisioneiro da Ilha do Diabo a honra, o martírio sem limites porque passou? Não é difícil imaginar a sua palidez de ânimo ante a afronta ultrajante pela qual passou em uma cerimônia em meio a seus companheiros de armas. E depois de insultado, de cuspido, banido, proscrito, expulso da terra natal, encarcerado nessa ilha lobrega, diante da qual o oceano se desdobrava ilimitado como ilimitado era seu padecer. E palmilhar toda uma via dolorosa como um réprobo, quando a sua consciência estava tranquila, a sua alma pura, mas a sua inocência à espera de prova!... Atrás de si, o judeu desgraçado arrastou, fascinado, Zola e o nobre sacrifício do coronel Picquart[15], aquele morto[16] para a apoteose dos contemporâneos, mas desfeito para a glória imorredoura, e este, menos imponente com as estrelas dos seus punhos, ora bordados, do que com a constelação rutilante com que o nimba a simpatia universal! (A República, 20 jul. 1906).

[15] Ele foi considerado herói pela imprensa brasileira, sendo recorrentemente mencionado ao lado de Zola.
[16] Zola faleceu em 22 de setembro de 1902. Suspeita-se que ele e a esposa foram asfixiados enquanto dormiam.

Mesmo depois da absolvição de Dreyfus o clima de paz não reinou na França. O jornal *A República* de 06 de maio de 1908, "De Paris para A República, abril de 1908", por meio de Arturo Del Villar, informa que o parlamento de Paris votou pela liberação de 35.000 francos para a translação dos restos mortais de Zola para o Panteão. Segundo Villar, os reacionários não poderiam perdoar o ilustre escritor que ergueu a consciência francesa ao defender a justiça. Quando da transferência de Zola para o Panteão, Dreyfus levou um tiro. O braço foi perfurado, mas a bala desviou e o salvou de maiores danos. O atirador, jornalista de extrema-direita Louis Anthelme Gregori, foi absolvido sob a justificativa de que o ataque foi provocado por descontrole emocional e sem premeditação. *A República* de 15 de julho de 1908, "De paris para A República – depois do atentado – Paris, junho de 1908", traz mais um texto assinado por Arturo Del Villar, do qual destacamos a parte que se refere ao recrudescimento do nacionalismo:

> [...] não, o nacionalismo não morreu e é uma imprudência o anunciar-lhe a cada instante o funeral, como muitos fazem. Constitui, em França, um perigo permanente para a República. Também dizem que não existia o clericalismo e vimos que, se os republicanos se tivessem descuidado adiando para mais um ano a lei da separação da igreja e do Estado, fora este vítima daquele deixando entronizar a reação e preparando a volta da monarquia (A República, 15 jul. 1908).

Esse clima de intolerância prevaleceu na França por um longo período (SAPIRO, 2024). *A República* de 24 de outubro de 1908 traz uma reflexão final sobre a questão também assinada por Arturo Del Villar, que escreveu de Paris, em setembro de 1908. O autor inicia refletindo sobre a significação da sentença dos jurados de Paris que absolveu o nacionalista Gregori, autor do atentado contra o ex-comandante Dreyfus, no dia da translação dos restos de Zola para o Panteão. A sentença é de certo injusta, pois não se tratava de crime por paixão, nem sequer de crime político. O atentado, segundo ele, foi dos mais comuns e covardes que temos presenciado. Ferir pelas costas Dreyfus, por parecer a Gregori antipatriótico o renderem a Zola, defensor do antigo condenado da Ilha do Diabo, as honras póstumas que a pátria reconhecida tributa aos seus grandes homens, é um ato completamente injustificado e criminoso. Se há justiça na terra, Gregori devia ser considerado como réu convicto do delito cometido e como tal condenado. A não ser o movimento instintivo de Dreyfus de cobrir o peito com o braço, a bala de Gregori teria apanhado o coração, matando-o (A República, 24 out. 1908). Conclui dizendo que o júri de

Paris, apesar de existir um código, hesita sem saber o que há de fazer, mas no fim sempre se deixa influir por questões românticas ou sentimentais.

Considerações finais

O Caso Dreyfus tornou-se um acontecimento nacional na França e converteu-se em um acontecimento internacional. Transformou-se, em diferentes contextos, em objeto de disputa. No Brasil, integrou os debates de escritores, políticos e jornalistas. Em um momento de fronteiras pouco definidas entre as diversas profissões, a intervenção social via imprensa era ocupada pelos mais diferentes profissionais. O escritor, tomado em sentido amplo, ocupava esse espaço. A questão Dreyfus ganhou as páginas da imprensa dos principais centros do Brasil. Não foi diferente na capital do Paraná, onde um conjunto de letrados buscava afirmar-se no meio local, mas também participar dos debates de âmbito nacional e internacional. Mostrar como o Caso Dreyfus circulou na imprensa do Paraná a partir do jornal *A República* foi a preocupação central, seja ao realizar um estudo particular, seja ao apresentar mais elementos para ampliar a compreensão da história brasileira.

O Caso Dreyfus pode ser dividido em três momentos, como assinala Alain Pagès (2021). O primeiro corresponde à condenação de Dreyfus, sua deportação para a Ilha do Diabo e às primeiras suspeitas do verdadeiro culpado (Ferdinand Esterhazy); o segundo compreende o período entre a inocência levantada e divulgada ao público até se chegar a uma conclusão política para o caso; o terceiro consiste no processo de busca de medidas legais que vão reconhecer a inocência definitiva de Dreyfus. *A República* seguiu essa divisão. Não obstante, este jornal não explicita a polarização que Alain Pagès apresenta da França, embora isso apareça em alguns momentos, especialmente ao se transcrever textos de escritores. Ao todo identificamos sessenta e duas publicações no jornal *A República nesse* período. Normalmente o periódico reproduzia essas notícias vindas do eixo Rio/São Paulo, de telegramas da França ou publicava reflexões de escritores.

Inicialmente, o periódico assumiu um caráter mais informativo. Essa característica pode ser observada na edição de 22 de janeiro de 1895, na qual informa sobre a

degradação sofrida por Dreyfus. Em seguida, na edição de 26 de janeiro de 1895, o jornal já manifesta uma posição em favor do Estado-Maior ao classificar o crime como repugnante e minimizar as condições da prisão de Dreyfus. Porém, a entrada de Émile Zola representa uma virada no tom da apropriação do caso. Nesse aspecto, por exemplo, o jornal diz que a família do infeliz ganhou esperança ao ver em Zola o defensor da inocência de Dreyfus. Se a prisão onde Dreyfus se encontrava não parecia tão ruim antes de Zola, depois passa a apresentar outra versão.

O movimento de contestação que avançou no contexto francês ganhou espaço no discurso jornalístico do Paraná à medida que procurava vincular-se às ideias de justiça, de verdade, pendendo para a defesa de Dreyfus e do papel do intelectual como baluarte dos valores universais. Isso pode ser notado na passagem de *A República* de 11 de junho de 1899 ao mencionar-se a realização de um novo julgamento do capitão: "[...] foi acolhida com gritos de – viva a justiça! Viva a lei. Algumas pessoas gritaram: viva Dreyfus". A tomada de posição em favor de Dreyfus ganha tom mais contundente com as publicações de textos de escritores, especialmente de Leôncio Correia e de Arturo Del Villar.

A figura de Émile Zola é simbólica na virada da interpretação do Caso Dreyfus na imprensa do Paraná, pois ele já era um escritor reconhecido pelos círculos culturais da capital paranaense. Não obstante, é a forte relação entre jornalismo e meio literário na capital paranaense que nos permite compreender a tomada de posição em *A República*. Essa tomada de posição mais contundente sublinha a questão da luta pela justiça e pela verdade, chegando o referido jornal a manifestar grande júbilo no momento de absolvição completa de Dreyfus e dizer que o feito simbolizou uma redenção para a história da França.

As notícias foram reproduzidas a partir da opinião de outros jornais ou ainda de escritores, mas são reveladoras tanto das relações Brasil-França quanto das condições específicas do meio jornalístico e do universo cultural da capital do Paraná. Essas características expressam a complexidade da circulação internacional das ideias. *A República*, ao seguir o mote da imprensa dos principais centros urbanos do Brasil, ao buscar respaldo via telegrama internacional, ao acompanhar a longa batalha do Caso Dreyfus, mostrou como as ações intelectuais, políticas e jurídicas reverteram a situação a

que foi submetido o capitão, sem deixar de produzir representações articuladas às estruturas do universo de recepção.

Fontes

A REPÚBLICA. Notas de Fora. Curitiba, 22 jan. 1895, pp. 1.
A REPÚBLICA. Nota avulsa. Curitiba, 24 jan. 1895, pp. 2.
A REPÚBLICA. O capitão francês Dreyfus. De Paris escreve o correspondente do Jornal do Comércio. Curitiba, 26 jan. 1895, pp. 1.
A REPÚBLICA. Paris, 14. Curitiba, 19 jan. 1898, pp. 1.
A REPÚBLICA. Honra militar. Curitiba, 20 jan. 1898, p. 1.
A REPÚBLICA. Paris, 20. Curitiba, 21 jan. 1898, pp. 1.
A REPÚBLICA. Ilha do Diabo. Jornal do Comércio, de 20 jan. em sua gazetilha. Curitiba, 05 fev. 1898, pp. 1.
A REPÚBLICA. Processo de Zola. Curitiba, 13 fev. 1898, pp. 2.
A REPÚBLICA. Zola Condenado. Curitiba, 5 mar. 1898, pp. 1-2.
A REPÚBLICA. Zola e os estudantes. Curitiba, 5 mar. 1898, pp. 2.
A REPÚBLICA. Zola defendendo-se. Curitiba, 10 mar. 1898, pp. 1.
A REPÚBLICA. Zola Condenado. Curitiba, 17 mar. 1898, pp. 2.
A REPÚBLICA. Zola e Dreyfus. Curitiba, 03 set. 1898, pp. 1.
A REPÚBLICA. Clube Curitibano/Émile Zola. Curitiba, 18 out. 1898, pp. 1.
A REPÚBLICA. Paris 28 de outubro. Curitiba, 04 nov. 1898, pp. 1.
A REPÚBLICA. Dreyfus na prisão. Curitiba, 31 dez. 1898, pp. 1.
A REPÚBLICA. Dreyfus. Curitiba, 09 fev. 1899, pp. 1.
A REPÚBLICA. A revisão do processo Dreyfus. Curitiba, 06 jun. 1899, pp. 1.
A REPÚBLICA. A revisão do processo Dreyfus. Curitiba, 07 jun. 1899, pp. 1.
A REPÚBLICA. O desacato contra o presidente da França e a questão Dreyfus. Curitiba, 11 jun. 1899, pp. 1-2.
A REPÚBLICA. Cartas do Rio. Curitiba, 13 jun. 1899, pp. 1. Por Leôncio Correia.
A REPÚBLICA. A prisão do capitão Dreyfus contada por ele mesmo. Curitiba, 21 jun. 1899, pp. 1.
A REPÚBLICA. Telegramas de Rennes. Curitiba, 09 jul. 1899, pp. 1.
A REPÚBLICA. Notas avulsas: carta do Príncipe de Mônaco para Madame Dreyfus. Curitiba, 13 set. 1899, pp. 2.
A REPÚBLICA. Dreyfus. Curitiba, 19 set. 1899, pp. 1.
A REPÚBLICA. Dreyfus. Curitiba, 20 set. 1899, pp. 1.
A REPÚBLICA. Dreyfus. Curitiba, 21 set. 1899, pp. 2.
A REPÚBLICA. Ainda e sempre a questão Dreyfus. Curitiba, 29 jan. 1899, pp. 1.
A REPÚBLICA. Le Alferes [L'Affaire] Dreyfus. Curitiba, 05 fev. 1901, pp. 1.
A REPÚBLICA. Efeitos da questão Dreyfus. Curitiba, 29 set. 1902, pp. 1.
A REPÚBLICA. Notas de véspera. Curitiba, 12 jul. 1906, pp. 1.
A REPÚBLICA. Dreyfus. Curitiba, 13 jul. 1906, pp. 2.
A REPÚBLICA. O Bordereau. Curitiba, 14 jul. 1906, pp. 1.

A REPÚBLICA. De Paris para República. Curitiba, 06 mai. 1908, pp. 1.
A REPÚBLICA. De Paris para República. Curitiba, 15 jul. 1908, pp. 1.
A REPÚBLICA. De Paris para República. Curitiba, 24 out. 1908, pp. 1.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela Maria (2000). *Ideias em movimento*: a Geração 70 na crise do Império. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARBOSA, Rui (1896). *Cartas de Inglaterra*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinge.

BEGA, Maria Tarcisa Silva (2013). *Letras e política no Paraná*: simbolistas e anticlericais na República Velha. Curitiba: UFPR.

BERBERI, Elizabete (1996). *Impressões*: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus* (2013) Trad. Ione Ribeiro do Vale e Nilton Vale. Florianópolis: UFSC.

BEGLEY, Louis (2010). *O caso Dreyfus*: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras,

CAMPOS, Névio de (2008). *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade*: 1892-1950. Curitiba: UFPR.

CAMPOS, Névio de (2015). História intelectual e história cultural: um recorte em Roger Chartier. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, v. 16, pp. 94-122,

CARVALHO, Alessandra Izabel de (1998). *Nestor Vítor*: um intelectual e as idéias de seu tempo (1890-1930). Curitiba: Aos Quatro Ventos.

CATHARINA, Pedro Paulo & GARCIA. Ferreira (2021). Prefácio à edição brasileira. In: PAGÈS, Alain. *O caso Dreyfus*: verdades e lendas. Trad. Pedro Paulo G. F. Catharina. Campinas, SP: Unicamp. pp. 9-19.

COHEN, Ilka Stern (2024). *Diversificação e segmentação dos impressos*. *In:* MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina (org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto. pp. 103-130.

CORRÊA, Amélia Siegel (2006). *Imprensa e política no Paraná*: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

DENIPOTI, Cláudio (2018). *A sedução da leitura*: livros, leitores e história cultural (Paraná 1880-1930). Porto Alegre, RS: Editora FI.

DOSSE, François (2013). *O renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador*: entre Esfinge e Fênix. Trad. Constância Morel. São Paulo: Unesp.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes (2024). *Imprensa a serviço do progresso.* In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto. pp.83-102.

FABRIS, Annateresa (1994). (org.). *Modernidade e modernização no Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

FOLLIS, Fransérgio (2004). *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Unesp.

QUELUZ, Gilson Leandro (1998). *Rocha Pombo*: romantismo e utopias (1880-1905). Curitiba: Aos Quatro Ventos.
MAIA, Paulo Cezar (2006). *Castelos de vento*: miragens literárias em Dario Vellozo e Emiliano Perneta. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
MARTINS, Eduarda Araújo da Silva (2021). Cartas de brasileiros em apoio a Émile Zola durante o Caso Dreyfus. *LaborHistórico*, v. 7, n. 2, pp. 261-272.
MARTINS, Romário (2023 [1908]). *Catalago dos jornaes publicados no Paraná de 1854 a 1907*. Curitiba: Factum Editora.
PAGÈS, Alain (2021). *O caso Dreyfus*: verdades e lendas. Trad. Pedro Paulo G. F. Catharina. Campinas, SP: Unicamp.
PEREIRA Luís Fernando Lopes (1996). *Paranismo*: cultura e imaginário no Paraná da I República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
PILOTTO, Osvaldo (1976). *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: IHGP.
SAPIRO, Gisèle (2024). *Os escritores e a política na França:* do Caso Dreyfus à Guerra da Argélia. Trad. Névio de Campos. Ponta Grossa: UEPG.
SEVCENKO, Nicolau (1983). *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense.
SILVA MOSTARO NEVES, Carolina & BONTEMPI JUNIOR, Bruno (2019). Sobre o "nascimento dos intelectuais": repercussão do "affaire Dreyfus" nas imprensas paulista e mineira (1898-1899). In: VIEIRA, Carlos Eduardo & BONTEMPI JUNIOR Bruno & OSINSKI, Dulce Regina Baggio (org.). *História Intelectual e Educação*: imprensa e esfera pública. Jundiaí: Paco Editorial. pp. 25-46.
SILVA, Helenice Rodrigues da (2002). *Fragmentos da história intelectual*: entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus.
SUZANO, Milene (2008). "J'accuse" na imprensa brasileira: algumas repercussões e interpretações do caso Dreyfus. *Escritos* (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 2. pp. 75-109.
SZVARÇA, Décio Roberto (1998). *O forjador*: ruínas de um mito, Romário Martins. Curitiba: Aos Quatro Ventos.
VICENTE, Natália Simões de (2004). *O Satanismo na obra de Júlio Perneta*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
WINOCK, Michel (2000). *O século dos intelectuais.* Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
ZOLA, Émile & BARBOSA, Rui. (2008) *Eu Acuso! O Processo do capitão Dreyfus*. Org. e Trad. Ricardo Lísias. São Paulo: Hedra.
ZOLA, Émile. (2009). *J'accuse*: a verdade em marcha. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM.

CC BY